Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Antonina, 27 de março de 2023.
Senhores Acionistas,
A administração do PPF – Porto Ponta do Félix S.A. ("Companhia") em conformidade com as disposições previstas em seu estatuto e as leis vigentes, submete à apreciação de seus acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 2022, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

RESULTADOS FINANCEIROS

A Companhia teve uma receita operacional líquida acumulada no período de R$ 155 milhões, 42 % superior quando comparado ao exercício de 2021, ou seja, evolução de R$ 46 milhões, resultado do incremento de operações com os clientes atuais, novos clientes e também do aumento de armazenagem de produtos alfandegados. Para efeito de comparação, o incremento de faturamento com armazenagem foi 185% superior ao exercício de 2021.

A movimentação de produtos em 2022 foi 1.288 milhões de toneladas, 15% abaixo da movimentação do exercício anterior, que foi 1.507 milhões toneladas, consequência do grande volume de produtos armazenados.

Outro ponto de destaque no presente Relatório da Administração é o indicador EBITDA, que encerrou o exercício de 2022 com R$ 23.9 milhões representando aumento 18,2% quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 20.2 milhões).

Já o lucro líquido do exercício, cujo valor foi R$ 5.9 milhões, teve uma redução de 42% em relação a 2021 (R$ 10.2 milhões) impactado pela menor movimentação portuária, bem como cerca de R$ 3.3 milhões de desmobilização da câmara frigorífica 01.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2022 totalizaram R$ 49.5 milhões, sendo principalmente destinados às obras de ampliação, construção de silos de granéis vegetais, armazém de fertilizantes, aquisição de equipamentos informática, máquinas e equipamentos, instalações, infraestrutura e sistema de segurança.

Dentre os investimentos destinados ao aumento da capacidade estática de armazenagem, destaca-se os silos pa está pronta.

Os investimentos acima mencionados (R$ 49,5 milhões) representam aproximadamente 32% da receita operacional liquida de 2022, evidenciando o compromisso da Companhia a realizar os investimentos que darão suporte ao crescimento que seus orçamentos projetam.

DRAGAGEM E INFRAESTRUTURA MARÍTIMA

Com relação ao tema da Dragagem, é importante destacar que é obrigação do Poder Concedente, através da APPA-Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, realizar a manutenção das condições de navegabilidade no canal e bacia de evolução.

Neste sentido, está em execução, pela APPA, o Contrato nº 097/2018, referente execução dos serviços de dragagem de manutenção continuada nas áreas de responsabilidade da APPA por um período de 05 (cinco) anos. A Ordem de serviço para início da execução dos serviços foi assinada pela APPA em meados de 2019.

Este contrato permanece vigente até 2024.

Com relação a manutenção das condições de navegabilidade no Canal e Bacia, a APPA vem executando, de forma contínua, a dragagem das áreas Delta 1 e Delta 2.

Com relação a manutenção das condições de profundidade e calado nos berços de atracação, a obrigação é do PPF. Neste sentido, o PPF contratou uma embarcação do tipo Draga, de pequeno porte, para prestar serviços de forma permanente nos berços de atracação.

Atualmente, canal, bacia estão com dragagem de manutenção em execução, e num futuro próximo estarão elegíveis a terem suas profundidades/calados ajustados pelas autoridades competentes. Contudo, esse processo compete a Autoridade Marítima (Capitania dos Portos) em conjunto com a Autoridade Portuária (APPA), assessorada pela Praticagem.

GESTÃO DE PESSOAS

Ao final do exercício de 2022 a Companhia contava com cerca 264 funcionários, aumento de 2,4% do quadro em relação aos 258 funcionários de 2021. Estes colaboradores recebem, além dos rendimentos fixos, pacote de benefícios que incluem seguro de vida e plano de saúde extensivo aos seus dependentes.

AMBIENTAL, SOCIAL, GOVERNANÇA

AMBIENTAL

A Companhia, visando sempre as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, desenvolve diversas ações em seu programa de gestão ambiental, sendo alguns requisitos legais, mas também outras de caráter voluntário:

- Educação Ambiental: Ações contra a dengue e limpeza de vias;
- Campanha de Redução do Consumo de Água;
- Adesão ao Mercado Livre de Energia;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Monitoramento de Emissões Atmosféricas;
- Controle de Vetores;
- Acompanhamento de Efluentes e Qualidade da Água: Monitoramento de água de lastro dos tanques dos navios e monitoramento da água da baía e afluentes;
- Auditorias Ambientais, conforme Resolução CONAMA 306/2002;
- Plano de atendimento a emergências (PAE) e Plano de Emergência Individual (PEI).

SOCIAL

- Apoio à diversas campanhas solidárias anuais, dentre elas destacamos a Campanha do Agasalho do Programa de Voluntariado Paranaense – PROVOPAR de Antonina;
- Parceria em projetos sociais e ambientais da PORTOS DO PARANÁ, como o Projeto Porto Escola, que vem contribuindo para o futuro na educação das crianças de Antonina e do litoral.

GOVERNANÇA

A Companhia mantém um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal e seus demonstrativos são auditados em cumprimento com as normas legais e regulamentares que as empresas com registro na CVM- Comissão de Valores Mobiliários devem seguir.

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Nossa atividade está intrinsecamente ligada ao agronegócio e neste contexto é importante reforçar que o Brasil ocupa lugar de destaque no cenário mundial.

De acordo com o ministério da agricultura, o agronegócio segue produzindo com êxito e abastecendo o mercado. A estimativa da safra brasileira de grãos 2022/2023 será de 310.6 milhões de toneladas, correspondendo a 14% acima da safra anterior, com incremento de 38.2 milhões de toneladas, mesmo considerando o impacto da forte estiagem nos estados do Sul, centro-sul do Mato Grosso, com quebras de safra particularmente da soja e milho.

O mercado de fertilizantes brasileiro continua com demanda aquecida e crescente, e com a expectativa de área recorde plantada e a inexistência de produção nacional de adubos que supram essa demanda, mantém-se firme a necessidade de importação. Importante ressaltar que as condições de clima e solo do Brasil não permitem produção agrícola com grande produtividade sem o uso destes insumos e que atualmente 80% da produção agrícola é fertilizada por insumos que vêm de fora do país. A participação da Rússia nessas importações é de 22%.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia tem trazido preocupação às autoridades brasileiras e à toda a cadeia do agronegócio com relação às importações de fertilizantes, que são cruciais para a continuidade do sucesso do agronegócio brasileiro, cujo PIB em 2022 foi R$ 1.2 trilhão e as exportações (do agro) chegaram a US$ 160 bilhões (Fonte CEPEA/ESALQ) Ou seja, além da importância estratégica do agronegócio para o país em termos de divisas, o Brasil contribui para a segurança alimentar mundial, pois tem produção suficiente para o mercado interno e ainda condições de alimentar 1 bilhão de pessoas no restante do mundo.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, junto com os demais participantes do agro está estudando diversas medidas para diminuir a concentração de fornecedores, dentre as quais a reativação e a abertura de novas jazidas - coisas que demandarão bom tempo para sua execução - e incentivando a busca de novos fornecedores, tais como Canadá e Marrocos, além de outros.

A relação de troca de produtos agrícolas (notadamente soja e milho) versus fertilizantes ainda é favorável ao grão, o que deve manter firme a demanda por este insumo.

O PPF tem como principal atividade a operação de descarga de fertilizantes oriundos do mercado externo, sendo este produto responsável por 73% da movimentação total da companhia em 2022.

Com base nos parâmetros institucionais, nos investimentos e nas projeções de cargas dos principais clientes, nossa estimativa para 2023 é de uma movimentação física de cargas de 2.5 milhões de toneladas aumento de 94% comparado com o exercício 2022, sendo 1.564 milhões de tons de fertilizantes, 216 mil tons de novos contratos (importação de cereais), 300 mil tons de granéis para exportação (pellets de madeira) 420 mil tons de ensacados (carga geral).

Em termos de Receita Operacional prevê-se para o exercício de 2023, um montante de R$ 291 milhões, o que representará um crescimento de aproximadamente 70%, quando comparado ao exercício de 2022, e um EBITDA de R$ 70.2 milhões (25%).

A administração da Companhia acredita que com os investimentos realizados na infraestrutura operacional nos últimos três anos e sua continuidade em 2023, o aumento no mix de produtos operados, bem como a garantia da dragagem de manutenção até 2024 já contratada e sendo realizada pelo poder concedente e por último, porém o mais importante, o cenário ainda favorável ao agronegócio, alcançará os resultados positivos estabelecidos dentro do planejamento estratégico, comprovando a tendência de forte crescimento em sua atividade operacional.

Atenciosamente
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**26.607**	**63.695**
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	1.775	34.166
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	06	4.997	4.200
Instrumentos Financeiros Derivativos	07	-	232
Contas a Receber de Clientes	8.1	7.735	8.604
Títulos a Receber	8.2	1.328	6.845
Estoques		1.603	1.273
Impostos a Recuperar	09	190	5
Adiantamentos	10	7.586	8.142
Despesas do Exercício Seguinte	11	1.393	228
NÃO-CIRCULANTE		**290.195**	**226.657**
Realizável a Longo Prazo		**122.793**	**98.837**
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	06	14.015	13.800
Partes Relacionadas	12	70.664	66.543
Adiantamentos	10	28.899	9.541
Impostos a Recuperar	09	3.341	2.614
Depósitos Judiciais	24	633	504
Impostos Diferidos	13.1	5.241	5.835
Investimentos	**14**	**230**	**230**
Imobilizado	**15**	**167.026**	**127.456**
Intangível	**16**	**146**	**134**
TOTAL DO ATIVO		**316.802**	**290.352**

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**61.252**	**44.896**
Fornecedores	17	14.725	15.727
Instrumentos Financeiros Derivativos	07	117	32
Empréstimos e Financiamentos	18	9.166	3.356
Obrigações Tributárias	20	3.430	4.856
Obrigações Sociais e Previdenciárias	21	3.281	2.996
Obrigações com Parcelamentos	22	2.806	2.882
Provisões Contratuais - APPA		5.259	3.608
Debêntures – CP	19	3.827	-
Adiantamentos de Clientes	23	18.088	11.409
Dividendos a Pagar		486	-
Outras Obrigações		67	30
NÃO-CIRCULANTE		**105.268**	**100.665**
Obrigações com Parcelamentos	22	3.084	6.724
Adiantamentos de Clientes	23	14.783	12.804
Empréstimos e Financiamentos	18	19.641	8.307
Debêntures – LP	19	57.758	64.424
Provisão para Contingências	24	5.518	3.658
Impostos Diferidos	13.2	4.484	4.748
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**150.282**	**144.791**
Capital Social	25	140.013	140.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25	8.709	9.084
Reserva de Lucros		1.560	-
Prejuízos Acumulados		-	(4.306)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**316.802**	**290.352**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADOS
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros Retidos	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2020	**140.013**	**9.460**	**-**	**-**	**(14.954)**	**134.519**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	10.272	10.272
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(569)	-	-	569	-
Realização do Tributo Diferido	-	193	-	-	-193	-
Em 31 de dezembro de 2021	**140.013**	**9.084**	**-**	**-**	**(4.306)**	**144.791**
Resultado do Exercício	-	-			5.977	5.491
Constituição de Reservas			102	1.458	(1.560)	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(569)			569	-
Realização do Tributo Diferido	-	194			(194)	-
Dividendos propostos					(486)	(486)
Em 31 de dezembro de 2022	**140.013**	**8.709**	**102**	**1.458**	**-**	**150.282**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS ENCERRADOS EM
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**25**	**154.917**	**109.055**
Custos dos Serviços Prestados	26	(115.356)	(92.989)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**39.561**	**16.066**
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(23.596)**	**(3.729)**
Despesas Gerais e Administrativas	27	(29.837)	(22.715)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	28	6.241	18.986
LUCRO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		**15.965**	**12.337**
Receitas Financeiras	29	8.768	4.287
Despesas Financeiras	29	(15.776)	(5.160)
Instrumentos Financeiros Derivativos	7 e 29	(117)	(120)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		**8.840**	**11.344**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	30	(964)	(1.619)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(1.899)	547
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**5.977**	**10.272**
Quantidade de milhares de ações		**231.837**	**231.837**
Lucro por lote de mil ações – R$		**25,78**	**44,30**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES ENCERRADOS EM
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	**5.977**	**10.272**
Resultado Abrangente Total	**5.977**	**10.272**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADOS EM MÉTODO INDIRETO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do Imposto de Renda e das Contribuições Sociais	8.840	11.344
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	6.113	5.657
Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	3.439	
Movimentação de PCLD - Clientes	162	(376)
Movimentação de PCLD - Valores a Receber	(210)	(395)
Instrumentos Financeiros Derivativos	317	120
Provisões Perdas de Estoque	(109)	520
Reversão de Impairment - de mútuo com parte relacionada	(1.568)	-
Reversão de Impairment - Impostos a Recuperar	-	(119)
Provisão/Reversão Contingências	1.860	(1.877)
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	707	(746)
Títulos a Receber	5.727	(4.201)
Estoques	(221)	(913)
Impostos a Recuperar	(912)	2.012
Adiantamentos	(18.802)	(8.376)
Partes Relacionadas	(4.121)	(2.749)
Outros Créditos	(1.165)	131
Depósitos Judiciais	(129)	1.360
Fornecedores	(1.002)	(744)
Obrigações Tributárias	(1.426)	1.641
Obrigações Sociais e Previdenciárias	285	631
Adiantamento de Clientes	8.658	(5.328)
Obrigação com Parcelamentos	(3.716)	(2.164)
Outras Contas a Pagar	37	7
Provisões Contratuais	1.651	(743)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente pago	(964)	(1.619)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**3.451**	**(6.927)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis	(49.559)	(18.032)
Receitas de Vendas de Ativos Imobilizados e Intangíveis	425	**1.337**
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	(1.013)	(18.000)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(50.147)	(34.695)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de Empréstimos e Financiamentos	35.459	11.061
Liquidação de Empréstimos e Financiamentos	(18.315)	-
Debêntures – (líquido de pagamentos e captações)	(2.839)	64.424
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	**14.305**	**75.485**
AUMENTO(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(32.391)**	**33.863**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**34.166**	**304**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**1.775**	**34.166**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ENCERRADOS EM
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
(+) Receitas	**164.941**	**118.556**
Vendas de serviços	163.361	113.998
Outras receitas	1.580	4.558
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(107.497)**	**(72.161)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107.497)	(72.161)
(=) Valor adicionado bruto	**57.444**	**46.395**
(-) Depreciação e amortização	(6.113)	(5.657)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**51.331**	**40.738**
(+) Valor adicionado recebido em transferência	**8.768**	**4.288**
Receitas financeiras	8.768	4.288
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**60.099**	**45.026**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**25.342**	**18.900**
Impostos, taxas e contribuições	**12.887**	**10.573**
Remuneração de capitais de terceiros	**15.893**	**5.281**
Juros	13.812	4.597
Variações cambiais	1.964	564
Instrumentos Financeiros Derivativos	117	**120**
Remuneração de capitais próprios	**5.977**	**10.272**
Lucros retidos / Prejuízos do Período	5.977	10.272
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**60.099**	**45.026**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

D4Sign 2910dab8-496d-42ff-87c7-cad6399062d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1.Informações Gerais

A Companhia tem como objeto principal e preponderante a atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários no Porto de Antonina, localizado no Estado do Paraná. A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de "uso público" e foi outorgada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pelo Porto Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o nono termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 14 de março de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

Em 24 de março de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato do Termo Aditivo através do Processo 00045.002494/2014-54 referente ao 11º termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, tem como objeto a prorrogação antecipada e o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento nº 003/95, de 26 de abril de 1995, o qual rege o arrendamento de área de 267.309 m² (duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e nove metros quadrados), condicionado à realização dos investimentos novos propostos pelo Porto Ponta do Félix S.A., necessários à readequação e modernização das estruturas físicas do terminal, com vistas à movimentação e armazenagem de todos os produtos na forma de carga geral solta, unitizada em contêiner, a granel sólido e líquido e veículos em regime de entreposto na modalidade de exportação, importação, inclusive DAC (Depósito Alfandegado Certificado) e cabotagem, à exceção de cargas estabelecidas como perigosas, de acordo com a IMCO (International Maritime Consulting Organization), produtos da classe I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX, na forma da Lei nº 12.815/13 e do Decreto nº 8.033/13.

De acordo com este novo termo aditivo, com a prorrogação antecipada, a vigência do Contrato de Arrendamento n° 003/95 fica prorrogada até 31 de dezembro de 2037.

Em 06 de agosto de 2021, através da 40ª assembleia geral extraordinária alterou-se a razão social de **TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.** para **PORTO PONTA DO FÉLIX S.A,** registrado no CNPJ sob o nº 85.041.333/0001-11. Está sediado na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, bairro Itapema de Baixo, Antonina estado do Paraná.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R$ 34.159, ante um capital circulante líquido de R$ 18.799 em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia efetuou investimentos expressivos durante o ano de 2022, perfazendo um total de R$ 49.517, com o objetivo de modernizar suas instalações e expandir sua capacidade de armazenagem. Dentre esses investimentos, destacam-se a construção de silos para granéis vegetais com capacidade nominal de 37.200 toneladas, e um armazém para fertilizantes com capacidade estática para 120.000 toneladas, que incrementarão a capacidade de armazenagem da Companhia, representando um aumento de 56,3% em relação ao exercício anterior (informações quantitativas operacionais não auditadas).

Em decorrência dos investimentos efetuados, e, conforme divulgado nas notas explicativas nº 19 e nº 36, a Companhia emitiu uma nova debênture no final de 2022, cuja realização financeira se efetivou no início de 2023, com o propósito de viabilizar recursos para o financiamento de seus projetos e fortalecimento de seu capital circulante.

Ademais, estima-se que a Companhia movimentará cerca de 2,5 milhões de toneladas no ano de 2023, impulsionada pelo aumento da capacidade estática e potencialização da geração de novos negócios. Mediante a adoção dessas medidas, a Companhia visa reverter seu capital circulante líquido negativo, atingindo uma posição mais sólida e sustentavel no mercado.

Impactos da COVID-19

A operação da Companhia tem ocorrido regularmente, sem interrupções ou paralisações desde o início da pandemia de COVID-19, bem como nos períodos posteriores de maior incidência de contágio. Essa atividade é respaldada pelo Decreto Federal sobre atividades essenciais, que garante o transporte interno de produtos agropecuários e alimenta o fluxo de exportação e gera demanda na importação de insumos.

A administração tem monitorado os efeitos da pandemia sobre suas operações, compromissos e direitos financeiros e, não há, até a data de emissão desta demonstração financeira, evidências de que esses eventos possam afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da empresa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2023.

2.Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as normas e procedimentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todos os saldos informados foram arredondados para o milhar mais próximo, em reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ou passivos financeiros originados por instrumentos financeiros derivativos são mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. Qualquer ganho ou perda mensurada subsequentemente é reconhecida no resultado. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (Impairment).

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Transações em Moeda Estrangeira e moeda funcional

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.4 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas esperadas no recebimento de créditos).

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.6 Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas são atualizados monetariamente até a data do balanço conforme previsões contratuais e são classificados conforme a previsão de recebimento, suportada por contratos entre as partes. Quando previsto atualização monetária, são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado e registradas de acordo com a competência.

3.7 - Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (Impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

• O custo de materiais e mão de obra direta;

• Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;

• Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, limitado ao prazo contratual do arrendamento. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato de concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A vida útil por grupo de bens do ativo imobilizado para os exercícios corrente e futuros são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos
Móveis e utensílios	6 a 25 anos
Veículos	5 a 20 anos
Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

3.9 - Redução ao valor recuperável (Impairment)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.10 Debêntures

As debêntures são títulos negociáveis a longo prazo, que asseguram aos seus detentores o direito de crédito contra a Companhia. Esses títulos de dívidas são emitidos e oferecidos para os investidores (Debenturistas), que recebem uma remuneração até o vencimento dos títulos. As debêntures não são conversíveis em ações. Seu reconhecimento inicial é a valor justo, acrescido dos custos de transação. A atualização é pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos.

3.11 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.12 Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são registrados inicialmente pelo valor justo dos adiantamentos financeiros recebidos e representam a obrigação da Companhia em prestar os serviços portuários, conforme contrato firmado entre as partes. A classificação entre passivo circulante e não circulante segue a expectativa de prestação dos serviços, sendo apresentado como passivo não circulante o que exceder 12 meses da data base desta demonstração financeira.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.15 - Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

3.16 - Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

As principais receitas reconhecidas são de armazenagem e de operação portuária (embarque e desembarque).

3.17 - Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.18 - Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.17 - Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.18 Valor Justo

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

3.19 Normas, alterações e interpretações de normas

Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2022:

• Alteração ao IAS16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

• Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

• Alteração ao IFRS3/CPC15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• Alteração IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis: Trata da classificação de passivos financeiros e os mecanismos que a entidade deve deter para assegurar que tais passivos não serão liquidados dentro de 12 meses, bem como aspectos de divulgação em notas explicativas. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Trata das divulgações de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é informação de política contábil material. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• Alteração ao IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis (comumente com aplicações retrospectivas em transações passadas) de mudanças nas estimativas contábeis (aplicação prospectiva nas transações futuras). Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: obriga as entidades a reconhecerem o imposto diferido em transações, que, no reconhecimento inicial, podem dar origem a montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de empréstimos: Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 (Presentation of Financial Statements) estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companha, bem como não há outras normas emitidas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em período subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem em maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

(a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

(b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

(c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;

(d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	5	5
Bancos **(a)**	230	32.842
Aplicações	1.540	1.319
Total	**1.775**	**34.166**

(a) O saldo disponível em Bancos em 31/12/2021 refere-se à liberação dos valores das debêntures no final do exercício de 2021 que foram utilizados seguindo o plano de investimentos da Companhia.

6. Aplicações Financeira - Conta Vinculada

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação Vinculada Take or Pay - Curto Prazo **(a)**	4.247	3.200
Aplicação Vinculada Take or Pay - Longo Prazo **(a)**	11.800	11.800
Fundo de Reserva - Debêntures **(b)**	749	1.000
Fundo de Reserva - Liquidação das Debêntures **(c)**	2.216	2.000
Total	**19.012**	**18.000**
Parcela Circulante	4.997	4.200
Parcela Não Circulante	14.015	13.800

(a) Fundo de reserva no montante de R$ 15.000 cujos recursos são mantidos na conta vinculada para liberação conforme a realização pelo faturamento de serviços, dos adiantamentos de clientes recebidos da Cervejaria Petrópolis.

D4Sign 2910dab8-496d-42ff-87c7-cad6399062d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

(b) Fundo adicional no montante de R$ 1.000, sendo R$ 500 para garantir o pagamento de despesas com a emissão "Despesas Flat" e R$ 500 para fins de despesas vinculadas à emissão do CRI.
(c) Reserva constituída cujo montante é destinado a título de Amortização e Remuneração das debêntures em caso de inadimplência pela Companhia.

7. Operações Com Derivativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuí contratado operações de venda de Dólares dos Estados Unidos nos mercados futuros no montante de US$ 450, visando mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento dos negócios, causados pelas oscilações na taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado no Passivo o valor de R$117 de variação negativa. Os efeitos desta operação no resultado do período estão demonstrados na nota explicativa 30.

NDF -Nº	Operação	Tipo de Op.	Valor US$/Mil	Data da Início	Vencimento	Preço Fixado	Valor Fixado	PTAX 31/12/2022	Valor 31/12/2022	Variação
2022-047832	84797528-0	Venda	150.000	12/12/2022	31/05/2023	5,4611	819.165	5,2177	782.655	(36.510)
2022-047832	84797536-0	Venda	150.000	12/12/2022	30/06/2023	5,4861	822.915	5,2177	782.655	(40.260)
2022-047833	84797536-0	Venda	150.000	12/12/2022	30/06/2023	5,4861	822.915	5,2177	782.655	(40.260)
			450.000				**2.464.995**		**2.347.965**	**(117.030)**

8. Contas a Receber de Clientes e Títulos a Receber

8.1 - Clientes a receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Clientes nacionais	3.285	1.810
Clientes internacionais	4.254	6.436
Partes relacionadas (Nota 12)	358	358
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa (a)	(162)	-
Total	**7.735**	**8.604**
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
A vencer	1.575	2.804
Vencidos de 01 a 30 dias	2.609	3.252
Vencidos de 31 a 180 dias	717	1.098
Vencidos há mais de 180 dias (a)	2.996	1.450
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(162)	-
Total	**7.735**	**8.604**

(a) A Companhia detém um montante de R$ 1.893 em créditos vencidos por mais de 180 dias, dos quais R$ 670 serão liquidados por meio de encontro de contas entre as partes relacionadas (Fortesolo X PPF), conforme estabelecido no Termo de Cessão de Créditos e Encontro de Contas assinado em 31/12/2022. O valor remanescente, de R$ 818 refere-se à indenização a receber de seguradora em decorrência de sinistros, enquanto R$ 243 estão em processo de negociação com clientes. A administração constituiu uma provisão para perdas esperadas decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, com base em aspectos específicos relacionados aos seus clientes, tais como ramo de negócio, situação de crédito em geral e conjuntura econômica do mercado. A administração da empresa está atualmente em processo de negociação dos créditos vencidos há mais de 180 dias e não identificou risco de perdas até a data de finalização destas demonstrações.

Composição das contas a receber por tipo de moeda:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Reais (R$)	3.643	2.168
Dólar Americano (US$)	4.254	6.436
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(162)	-
Total	**7.735**	**8.604**

8.2 - Títulos a receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Venda de Resíduos	4	136
Alienação imobilizado	-	1.427
Reembolsos	133	420
Multas Contratuais Take or Pay	-	4.923
Reconhecimento de Receitas	897	
Outros	296	151
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(212)
Total	**1.328**	**6.845**

9. Impostos a Recuperar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de PIS **(a)**	466	466
Créditos de COFINS **(a)**	254	254
PIS a Recuperar	13	0
COFINS a Recuperar	35	0
CSLL por Estimativa a Compensar	81	81
IRPJ por Estimativa a Compensar	279	279
IRRF a Recuperar	142	5,00
IRRF sobre mútuos – LP	3.341	2.614
(-) Impairment Impostos a Recuperar **(b)**	(1.080)	(1.080)
Total	**3.531**	**2.619**
Parcela Circulante	190	5
Parcela Não-Circulante	3.341	2.614
Total	**3.531**	**2.619**

(a) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.
(b) A Companhia decidiu por manter constituído o Impairment no montante de R$ 1.080, por entender que é baixa a expectativa de realização dos créditos de 2017 referente a PIS: R$ 466, COFINS: R$ 254, IRPJ: 279 e CSLL: R$ 81.

10. Adiantamentos

Descrição		31/12/2022	31/12/2021
APPA	Operação Portuária	223	585
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Operação Portuária	11.482	4.732
Retibam	Manutenção Equipamentos	-	350
MPAX	Serviços Portuários	205	361
Megapav	Manutenção Equipamentos	200	-
Lufer	Manutenção Equipamentos	45	279
TBX	Serviços Portuários	300	-
Interbulk **(a)**	Serviços Portuários	8.491	9.893
FTS Participações Societárias	Serviços Portuários	14.535	525
Immec	Locação de Equipamentos	144	-
Reit Securitizadora	Assessoria de Crédito	355	-
Outros	Outros	505	958
Total		**36.485**	**17.683**
Parcela Circulante		7.586	8.142
Parcela Não-Circulante		28.899	9.541
Total		**36.485**	**17.683**

(a) Adiantamentos realizados para empresa ligada Interbulk. O valor de R$ 5.000 foi adiantado em 22/12/2021 através do contrato de armazenagem que será recebido em 60 meses pela prestação de serviços de armazenagem e movimentação de produtos.

11.Despesas Antecipadas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com dragagem **(a)**	1.157	-
Seguros	211	201
Taxas municipais	25	21
IPTU	-	3
Assinaturas e anuidades	-	2
Licença de software	-	1
Total	**1.393**	**228**

(a) Em 24 de março de 2022, foi firmado um contrato com a empresa DTA ENGENHARIA LTDA, onde tem por objeto a execução de serviços de dragagem e manutenção dos berços da Companhia, para atingimento da cota de 9,5m de profundidade. O preço do serviço contratado máximo estimado é de R$ 4,9 milhões, relativo ao mínimo de 10 (dez) diárias da embarcação no valor unitário de R$ 490 mil. A apropriação das despesas se dará em 365 dias, onde será executada nova dragagem.

12. Partes Relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre as partes relacionadas, oriundas de prestações de serviços de operações portuárias, armazenagem e de mútuos ativos. Os saldos em aberto de transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Ativo	Natureza da operação	31/12/2022	31/12/2021
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Adiantamentos**(a)**	11.482	4.732
Interbulk Ltda.	Adiantamentos	8.491	9.893
Total Contas a Receber (Nota 06)		**20.331**	**14.983**
Interbulk Ltda.	Mútuo **(ii)**	235	212
Agriter Agronegócios Ltda.	Mútuo **(ii)**	2.579	2.429
Equiplan Participações S.A.	Mútuo **(ii)**	60.859	57.318
FTS Participações	Mútuo **(ii)**	6.991	6.584
Equiplan Participações S.A.	Mútuo trf Prej. Fiscal **(iii)**	-	1.568
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Mútuo trf Prej. Fiscal **(iii)**	9.970	9.970
Impairment - Prejuízo Fiscal (iv)		(9.970)	(11.538)
Total Empréstimos a Receber		**70.664**	**66.543**
Passivo	**Natureza da operação**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Uralkali Trading	Comercial **(i)**	8.010	834
Agriter Agronegócios Ltda.	Comercial **(i)**	1.000	1.000
Total Passivo (Nota 17)		**9.010**	**1.834**

As transações com partes relacionadas, devido a características específicas dos contratos, não são precificadas nas mesmas condições de mercado e, consequentemente, não são compatíveis às operações com empresas que não são partes relacionadas. Dessa forma são pactuadas em condições particulares entre as respectivas partes.

(a) Em 2022 a Companhia adiantou o montante de R$ 6.000 (seis milhões de reais) para o pagamento da dívida junto ao Banco do Brasil, a fim de que a garantia da Fortesolo para as debêntures fosse liberada. O valor será restituído ao término da quitação das debêntures.

(i) Transações comerciais: As operações entre as empresas referem-se a agenciamento e serviços de operação portuária.

(ii) Mútuo: a Companhia possui contratos de mútuos ativos com as empresas acionistas e coligadas. Os montantes foram liberados nos meses março/2016, setembro/2016, dezembro/2016, fevereiro/2017, abril/2017, maio/2017 e junho/2017 e o prazo de liquidação do valor mutuado é de 60 (sessenta) meses, sendo facultado o pagamento antecipado total ou parcial da dívida, que deverá ser corrigida a partir da data de assinatura até o momento do efetivo pagamento pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).
Em setembro/2021 foram realizados aditivos contratuais, prorrogando os prazos por 60 (sessenta) meses, dos contratos de mútuos que venceram até o 4º semestre de 2021.
No segundo trimestre de 2022 foram realizados aditivos contratuais de mútuos vencidos em 16/02/2022, 31/05/2022 e 12/06/2022, prorrogando os prazos por mais 60 meses.

(iii) Em 28 de dezembro de 2018, dentro do que era facultado nas regras do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) a Companhia permitiu a utilização de parte do seu prejuízo fiscal e base negativa do imposto de renda e contribuição social pelo grupo acionista controlador. Desta forma, transferiu os referidos valores os quais originaram valores a receber das partes relacionadas.

(iv) Em 04 de março de 2020, os acionistas acordaram que o reembolso referente ao item (iii) será realizado pelas partes anualmente após o encerramento do exercício fiscal na proporção da efetiva redução dos tributos a serem recolhidos pela Companhia, em razão do abatimento que seria possível no caso de não ter ocorrido à cessão dos prejuízos. Dada às condições de recebimento dos valores a Companhia constituiu Impairment sobre o montante total. Em 30 de setembro de 2022, foi efetuado a reversão de R$ 1.568 referente a utilização da base negativa da contribuição social da **Equiplan Participações S.A.**, em decorrência do cancelamento do pedido de adesão ao PERT devido ao não pagamento do pedágio de 5% do valor da dívida consolidada.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

13.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são constituídos sobre diferenças temporárias como PCLD, Impairment de impostos a recuperar, imobilizado e provisões para contingências, conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impairment – Impostos a Recuperar	1.080	1.080
Impairment – Imobilizado	1.050	12.894
PECLD	164	-
Provisão de Despesas / APPA	7.581	-
Provisão para Contingências	5.518	3.659
Provisão para Perdas de Estoque	22	-
Total de Diferenças Temporárias	15.415	17.633
Alíquota	34%	34%
Total	**5.241**	**5.995**

13.2 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL foram constituídos sobre o custo atribuído, revisão da vida útil do imobilizado e antecipação de receitas.
A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido – Custo atribuído	3.362	3.491
Contribuição Social Diferida – Custo atribuído	1.122	1.257
Total	**4.484**	**4.748**

13.2 – Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social em montante aproximado de R$ 33.805, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.
Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função do histórico recente de falta de histórico de rentabilidade, e na incerteza das premissas que são utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros.

14. Investimentos

Em 31/12/2022 a companhia possui investimento na empresa Interbulk Ltda. no valor de R$ 230 mil, referente à participação de 10%, registrado pelo custo de aquisição.

15.Imobilizado

	Terrenos e Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Comput. e Periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em And.	Adto. Imobilizado em And.	Impairment Máq. Equip. e Edificações	Total
	1,66%	**4% a 20%**	**4% a 16,66%**	**5% a 20%**	**1,66%**	**-**	**-**	**-**	
Em 31 de dezembro de 2021									
Custo	152.503	22.303	1.426	6.540	40	36.198	14.417	(12.894)	220.533
Dep. Acumulada	(74.302)	(11.877)	(1.229)	(5.630)	(39)	-	-	-	(93.077)
Valor Líquido Contábil	**78.201**	**10.426**	**197**	**910**	**1**	**36.198**	**14.417**	**(12.894)**	**127.456**
(+) Adições	486	2.877	82	462	-	40.976	4.634	-	49.517
(-) Baixas (a)	(26.808)	(962)	(84)	(110)	-	(330)	(1.761)	11.844	(18.211)
(+/-) Transferência	1.954	-	-	-	-	(1.954)	-	-	-
(-) Depreciação	(4.631)	(917)	(230)	(307)	-	-	-	-	(6.085)
(+) Baixas da Depreciação	13.630	554	67	98	-	-	-	-	14.349
Saldo Final	**62.832**	**11.978**	**32**	**1.053**	**1**	**74.890**	**17.290**	**(1.050)**	**167.026**
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	128.135	24.218	1.424	6.892	40	74.890	17.290	(1.050)	251.839
Dep. Acumulada	(65.303)	(12.240)	(1.392)	(5.839)	(39)	-	-	-	(84.813)
Valor Líquido Contábil	**62.832**	**11.978**	**32**	**1.053**	**1**	**74.890**	**17.290**	**(1.050)**	**167.026**

(a) A Companhia no segundo trimestre de 2022 realizou a reversão da Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment) no valor de R$ 11.844, referente a venda de uma câmara frigorificada mediante autorização da ANTAQ.
O imobilizado em andamento é representado principalmente por edificações e maquinários dos armazéns em fase de construção, cuja vida útil inicial será atribuída pela administração, quando estiverem prontas para utilização nas atividades da empresa.
A Companhia não possui saldos de bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais ou empréstimos.

16. Intangível

	Software 20%
Em 31 de dezembro de 2020	
Custo	748
Amortização Acumulada	(594)
Valor Líquido Contábil	**154**
Em 31 de dezembro de 2021	
Custo	755
Amortização Acumulada	(621)
Valor Líquido Contábil	**134**
(+) Adições	42
(-) Amortização	(28)
(-) Baixas	(19)
(+) Baixas Amortização	17
Saldo Final	**146**
Em 31 de dezembro de 2022	
Custo	778
Amortização Acumulada	(632)
Valor Líquido Contábil	**146**

17.Fornecedores

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	14.725	15.727
Total	**14.725**	**15.727**
Composição das contas a pagar por idade de vencimento:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
A vencer	6.977	9.249
Vencidos de 01 a 30 dias	2.178	1.127
Vencidos de 31 a 180 dias	2.266	429
Vencidos há mais de 180 dias	3.304	4.922
Total	**14.725**	**15.727**

18. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Encargos (a.a.)	Moeda	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Limite de crédito Banco ABC	60,00%	Reais (R$)	-	211	300
Empréstimo Banco Luso Brasileiro	6,64%	Reais (R$)	05/12/2024	5.341	-
Empréstimo Banco Daycoval	15,97%	Reais (R$)	30/12/2024	86	86
Empréstimo Caixa Econômica Federal	8,4% + CDI	Reais (R$)	11/01/2022	-	737
Empréstimo Caixa Econômica Federal	12,84%	Reais (R$)	20/06/2023	709	1.329
Empréstimo Banco Taipa	2,99%	Reais (R$)	31/08/2022	-	700
Empréstimo Banco Itaú	16,78%	Reais (R$)	25/11/2024	2.819	204
Total				**9.166**	**3.356**
Empréstimo Banco Luso Brasileiro	6,64%	Re ais (R$)	05/12/2024	5.166	-
Empréstimo Banco Daycoval	15,97%	Reais (R$)	30/12/2024	86	172
Empréstimo Banco Itaú	17,00%	Reais (R$)	25/11/2024	7.800	786
Empréstimo Caixa Econômica Federal	11,39%	Reais (R$)	01/09/2024	-	1.550
Empréstimo Caixa Econômica Federal	8,35%	Reais (R$)	21/09/2024	6.589	5.119
Empréstimo Caixa Econômica Federal	12,84%	Reais (R$)	20/06/2023	-	680
Total				**19.641**	**8.307**
Parcela Circulante				9.166	3.356
Parcela Não-Circulante				19.641	8.307
Total de Empréstimos e Financiamentos				**28.807**	**11.663**
Composição por idade de vencimento:				**31/12/2022**	**31/12/2021**
A vencer em um ano				9.166	3.356
A vencer em dois anos				19.641	390
A vencer em três anos				-	7.917
Total				**28.807**	**11.663**

19. Debêntures

	31/12/2022	31/12/2022
Debêntures - 1ª Emissão	68.437	72.000
Custo de Emissão	(6.852)	(7.576)
Saldo	**61.585**	**64.424**
Curto Prazo	3.827	-
Longo Prazo	57.758	64.424
Composição por idade de vencimento:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
A vencer em um ano	3.827	-
A vencer em dois anos	8.066	9.649
A vencer em três anos	8.066	8.908
A vencer em quatro anos	41.626	45.867
Total	**61.585**	**64.4240**

Debêntures – 1ª emissão

Em 10 de novembro de 2021, ocorreu a 1ª emissão de 72.000 debentures simples da Companhia no valor nominal de R$ 1 (um mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional (direitos creditórios, imóveis, fianças e ações de partes relacionadas e próprios), em série única, perfazendo o montante total de R$ 72.000 (setenta e dois milhões de reais). Na emissão das Debêntures, ocorreram gastos para captação dos recursos no montante de R$ 7.576 (31 de dezembro de 2021), que estão sendo apropriados no decorrer do contrato. A posição em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 6.852.

D4Sign 2910dab8-496d-42ff-87c7-cad6399062d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

As Debêntures serão vinculadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Debenturista – CRI, sendo certo que os CRI serão objeto de emissão e oferta pública de distribuição.

As Debêntures terão o seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente, a partir de dois dias úteis à data de primeira integralização dos CRI até a data de vencimento das Debêntures, pela variação acumulada do IPCA.

Sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 11,50% ao ano.

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das debêntures em razão da ocorrência de seu resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme os termos previstos na escritura de emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos (dez anos) contados a partir da data de emissão em 17 de novembro de 2021 e carência de 24 meses.

A presente emissão se constitui de uma colocação privada de debêntures e destinada exclusivamente à Debenturista, nos termos dos artigos 52 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, não estando, portanto, sujeita ao registro e dispensada de distribuição na CVM.

Os recursos líquidos captados pela emissora serão destinados para financiar obras de ampliação do Porto, expansão e construção de novos armazéns, incluindo silos de armazenagem; e reembolso dos gastos incorridos pela emissora referentes à aquisição, reforma e/ou construção do Empreendimento Imobiliário realizados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

O contrato previa cláusulas restritivas, dentre elas, de atingimento de indicadores financeiros pela Companhia a partir do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022, tendo como penalidade pelo não atingimento o vencimento antecipado das debêntures. Porém com a 2ª emissão de debentures mencionada a seguir e a quitação da 1ª emissão cessaram-se as penalidades e o atingimento dos indicadores financeiros. O termo de quitação da 1ª emissão de debentures ocorreu em 25 de janeiro de 2023.

Debêntures – 2ª emissão

No dia 29 de dezembro de 2022, a Companhia contratou a aquisição de 171.042 debêntures por meio da 2ª emissão de debêntures, as quais possuem valor nominal de R$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, sendo escriturais e nominativas, não conversíveis em ações, sem emissão de cautelas e certificados, com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2032, e sujeitas a diversas cláusulas e obrigações, incluindo a liquidação da primeira emissão. O valor total do novo instrumento é de R$ 171.042.

Inicialmente, serão integralizadas à vista 114.000 debêntures, e o saldo restante será integralizado na segunda etapa, a qual será cumprida integralmente mediante o cumprimento das condições precedentes para a segunda integralização.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não reconheceu o passivo correspondente à aquisição da 2ª emissão de debêntures no final do ano de 2022, uma vez que as cláusulas de eficácia não foram cumpridas

20. Obrigações Tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos Retidos	1.619	1.752
ISS a Pagar	350	313
PIS a Pagar	82	128
COFINS a Pagar	634	813
IRPJ e CSLL	745	1.850
Total	**3.430**	**4.856**

21. Obrigações Sociais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários a Pagar	413	27
FGTS a Pagar	112	102
INSS a Pagar	357	421
IRRF	317	194
Provisões de Férias	1.771	2.252
Provisões PLR	311	-
Total	**3.281**	**2.996**

22.Obrigações Com Parcelamentos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento IRRF sobre salários	669	1.069
Parcelamento CPRB	2	10
Parcelamento PGFN	2.407	3.291
Parcelamento ISS	141	416
Parcelamento Taxas (INMETRO/CVM)	57	111
Parcelamento CSLL / IRPJ	2.382	2.894
Outros Parcelamentos	232	440
Total	**5.890**	**9.606**
Parcela Circulante	2.806	2.882
Parcela Não-Circulante	3.084	6.724
Total	**5.890**	**9.606**

23.Adiantamentos de Clientes

Os contratos de alguns clientes preveem dois tipos de adiantamentos: recebimentos antecipados de operações de navios e adiantamentos contratuais.

Descrição	Tipo	31/12/2022	31/12/2021
Cashmere Capital Ltd		664	-
Nutrimilho Indústria	Contratual	279	-
Cervejaria Petrópolis	Contratual	17.893	16.004
Keytrade Ag	Contratual	2.459	-
Golden Agri		570	-
Uralkali Trading S.A. **(Nota 11)**	Contratual	8.010	834
Agriter Agronegócios Ltda. **(Nota 11)**		1.000	1.000
Timbro Swiss		168	-
Koch	Contratual	1.254	2.835
Outros		574	3.540
Total		**32.871**	**24.213**
Parcela Circulante		18.088	11.409
Parcela Não-Circulante		14.783	12.804
Total		**32.871**	**24.213**

24. Provisão Para Contingências

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias são realizadas análises individuais. Considerando o potencial de perda, estas são classificadas em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda.

Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

Provisão	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	436	213
Tributários	5.082	2039
Cíveis	-	1406
Total	**5.518**	**3.658**
Depósitos Judiciais	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Trabalhistas	608	479
Cíveis	25	25
Total	**633**	**504**

As ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia resultam no montante de R$ 5.518 em 31/12/2022 (R$ 3.658 em 31/12/2021). A Companhia mantém registrados depósitos judiciais no montante de R$ 633 em 31/12/2022 (R$ 504 em 31/12/2021) que estão representados por processos favoráveis a Companhia. As ações judiciais cuja probabilidade é considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia é de R$ 10.087 (R$ 3.659 em 31/12/2021)

25. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) de ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R$ 140.013 mil representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Acionistas	Qtde.	Valor	%
Equiplan Participações S.A.	192.352	116.392	83,14%
FTS Participações.	29.345	17.757	12,68%
Agriter Agronegócios Ltda.	9.590	5.803	4,14%
Outros	100	61	0,04%
Total	**231.387**	**140.013**	**100,00%**

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta conta está registrado especificamente o efeito de custo atribuído ao Ativo Imobilizado, com base no ICPC – 10, respectiva realização e os impostos diferidos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior do ajuste avaliação patrimonial	9.084	9.460
(-) Realização do Custo Atribuído	(569)	(569)
(+) Realização do Tributo Diferido	194	193
Saldo final do ajuste de avaliação patrimonial	**8.709**	**9.084**

(c) Destinação do lucro

Conforme Art. 5 do estatuto social, as ações ordinárias dão direito a voto e não tem preferência no pagamento de dividendos. As ações preferenciais têm os mesmos direitos, exceto o voto e tem prioridade no recebimento de um dividendo não cumulativo de 10% ao ano sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social, pelo número de ações que o compõem, sem prejuízo de participação nos lucros idêntica à atribuição das ações ordinárias, quando superior a esta taxa, depois de ter assegura do dividendo mínimo obrigatório

Nos termos do Art. 23, itens I, II e III do estatuto social da Companhia, os lucros serão destinados da seguinte forma:

I – 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

II – 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76.

Reservas de lucros

Os saldos remanescentes terão a aplicação determinada pela Assembleia, segundo o Art. 23 item III:

III – O remanescente, se houver, será colocado à disposição da Assembleia.

26. Receita Operacional Líquida

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prestação de serviços	163.361	113.998
Reembolso prestação de serviços	1.580	4.558
(+) Total de receita	**164.941**	**118.556**
(-) Impostos sobre vendas	(9.696)	(8.687)
(-) Descontos Incondicionais	(328)	(814)
(-) Total de deduções	**(10.024)**	**(9.501)**
Receita Operacional Líquida	**154.917**	**109.055**

27.Custos dos Serviços Prestados

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(48.435)	(47.034)
Materiais	(178)	(250)
Taxas	(4.398)	(4.293)
Utilidades e Serviços	(874)	(717)
Arrendamentos	(6.972)	(5.388)
Avarias	(166)	(945)
Material de Uso e Consumo	(2.991)	(2.522)
Custos com pessoal	(16.933)	(13.175)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(3.372)	(2.954)
Depreciações e Amortizações	(6.113)	(5.657)
Manutenção civil e infraestrutura	(5.964)	(2.993)
Locação de Equipamentos	(9.166)	(420)
Demurrage	(374)	-
Perdas de Estoque	(485)	(520)
Outros Custos Operacionais	(8.935)	(6.121)
Total	**(115.356)**	**(92.989)**

28.Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal **(a)**	(5.801)	(3.381)
Remuneração pessoal chave **(b)**	(2.608)	(2.344)
Serviços e utilidades	(10.540)	(6.215)
Despesas com deslocamentos	(1.751)	(447)
Publicidade e Propaganda	(1.011)	(851)
Despesas com materiais	(213)	(164)
Despesas com taxas	(1.759)	(1.913)
Contingências / atualizações (Reversão)	-	-
Despesas com seguros	(924)	(846)
Despesas com informática	(2.414)	(1.727)
Contribuições e sindicatos	(382)	(296)
Responsabilidade social	(363)	(80)
Gastos com veículos	(394)	(312)
Meio-ambiente	(682)	(584)
Créditos Incobráveis - Indedutíveis	(976)	(2.129)
Outras despesas gerais e administrativas	(19)	(1.426)
Total	**(29.837)**	**(22.715)**

(a)Despesa com pessoal chave da administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No segundo trimestre de 2022, as despesas com esses administradores totalizaram R$ 1.188. O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros. O total de despesas com pessoal está apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários e verbas contratuais	(2.278)	(2.087)
Contribuições para previdência social	(1.412)	(814)
Obrigações legais	(643)	(481)
Obrigações Contratuais	(1.189)	-
Cursos e Treinamentos	(279)	-
Total	**(5.801)**	**(3.382)**
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Honorários diretoria e conselhos	(2.608)	(2.343)
Total	**(8.409)**	**(5.725)**

29.Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2022	30/09/2021
Contingência e Atualização	(2.080)	272
Processos Judiciais Ativos	-	(169)
Recuperação de Seguros	110	-
Recuperação de Despesas Operacionais	1.401	890
Reversão Impairment Base Negativa e Prejuízo Fiscal	1.568	-
Perdas/Ganhos na alienação de imobilizado.	(1.302)	(9)
Constituição de Perdas - Deságio	-	(644)
Venda de Sucata **(a)**	3.971	4.384
Taxas Infracais/Administração	2.586	3.198
Ressarcimento Multa Contratual **(b)**	-	20.078
Outras Despesas Assessoria/Consultoria **(c)**	94	(9.092)
Outros	(107)	78
Total	**6.241**	**18.986**

(a) Em 2022, houve aumento na movimentação operacional, tendo também o aumento da venda de resíduos e sucatas que geraram receitas extras-operacionais.

(b)A Companhia possui contratos "Take or Pay" com CP Global Trading LLP e outros clientes, gerando multas contratuais no exercício de 2021.

(c) Gastos referem-se principalmente a assessoria para recebimento dos "Take or Pay".

30.Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Descontos obtidos	18	7
Variação cambial ativa	1.312	952
Juros Recebidos	42	40
Atualização Monetária – Mútuos Ativos	4.848	3.234
Outras Receitas Financeiras	2.548	54
(+) Receitas Financeiras	**8.768**	**4.287**
Despesas bancárias	(709)	(736)
Juros Pagos	(12.160)	(3.296)
Multas	(135)	(293)
Variação cambial passiva	(1.964)	(564)
Outras Despesas Financeiras	(808)	(271)
(-) Despesas Financeiras	(15.776)	(5.160)
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Variação cambial ativa - Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(102)
Variação cambial passiva - Instrumentos Financeiros Derivativos	(117)	(18)
Resultado Instrumentos Financeiros Derivativos	**(117)**	**(120)**
Resultado financeiro	**(7.125)**	**(993)**

31. Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada pelo lucro real. O imposto de renda e contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescidos de 10% adicional sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa social limitada a 30% do lucro real.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	8.840	11.344
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL Nominal	(3.006)	(3.857)
Ajustado por:		
Depreciação Fiscal	(2.543)	4.839
Despesas Indedutíveis	365	1.112
Crédito fiscal não reconhecido sobre diferença temporária revertida	632	
Compensação de prejuízo fiscal não reconhecido	(438)	
Limitador de 10% IRPJ	(81)	
Outros Efeitos Líquidos	2.208	(3.713)
IRPJ e CSLL Diferidos	**(1.899)**	**(1.619)**
IRPJ e CSLL Corrente	**(964)**	
Total	**(2.863)**	**(1.619)**
Alíquota Efetiva	32%	14%

32. Informação por Segmento

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para a qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho. A Companhia atua no segmento portuário tendo como operação principal a carga e descarga de navios. A administração entende que as operações portuárias e de armazenagem contemplam uma única condição negocial e/ou operacional, sendo caracterizado unidade geradora de caixa única.

33. Instrumentos Financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco cambial.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros.

Essa nota descreve em todos os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado, os quais são gerenciados ativamente em conformidade com as políticas e diretrizes internas.

A Companhia mantém certas operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os instrumentos financeiros são:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Aplicações financeiras;
- Contas a receber e títulos a receber;
- Contas a pagar a fornecedores e outras;
- Empréstimos bancários;
- Debêntures; e
- Operações com derivativos.

- Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A Companhia está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa, em virtude dos empréstimos de longo prazo contratados a taxas variáveis. É importante ressaltar que, mesmo com a atual política da Companhia que estabelece o uso de empréstimos de taxa fixa para o pagamento de leasing financeiro, ainda há o risco de exposição a flutuações de taxas de juros em outras áreas de operação da empresa. A Companhia adota estratégias eficazes para gerenciamento de risco de taxa de juros, por meio da utilização de instrumentos financeiros adequados e de práticas de gestão efetivas o que ajuda a minimizar os efeitos negativos das flutuações das taxas de juros no fluxo de caixa da Companhia e garantir a sua estabilidade financeira a longo prazo.

- Risco de crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.775	-
Aplicações financeiras	19.012	-
Contas a receber e títulos a receber	9.063	15.449
Total	**29.850**	**15.449**

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	14.725	15.727
Instrumentos financeiros derivativos	117	
Empréstimos e financiamentos	28.807	
Debêntures	61.585	
Total	**105.234**	**15.727**

- Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. O Risco

- Derivativos e Riscos Associados

A Companhia possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 121 de 06 de junho de 2022.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio e de variações nas taxas de juros variáveis.

Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Contas a Receber em Moeda Estrangeira (i)	5.151	3.863	2.576
Instrumentos Financeiros Derivativos (NDF)	1.642	1.232	821
Total	**6.793**	**5.095**	**3.397**

D4Sign 2910dab8-496d-42ff-87c7-cad6399062d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

Os cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração (recebíveis ou desembolsos) na variável do risco considerada respectivamente (Cenário I e Cenário II).

34. Cobertura de Seguros (não auditado)

Natureza	**R$ mil**
Responsabilidade civil	40.000
Bens móveis e imóveis	139.322

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

35.Eventos Subsequentes

Debêntures

Em 23 de janeiro de 2023, a Companhia liquidou o título de dívida relativo a primeira emissão de debêntures, no montante de R$ 84.909(composto pelo saldo de debentures adicionado das correções monetárias do principal e valor de prêmio conforme previsto na escritura da 1ª emissão de debentures), incluindo a realização da baixa contra resultado de todas as despesas diferidas relacionadas à primeira emissão de debêntures foram baixadas na liquidação em 23 de janeiro de 2023.

No mês de janeiro de 2023, ocorreu a efetivação da primeira integralização referente à 2ª emissão de debêntures, totalizando 114.000 debêntures integralizadas. Nesta fase, após a conclusão da liquidação da 1ª emissão de debêntures, a composição de fundos e as despesas fixas previstas na 2ª escritura, a Companhia recebeu o valor líquido de R$ 16.163. O saldo remanescente será objeto de integralização em uma segunda etapa, a qual será concluída mediante o atendimento pleno das condições precedentes para a integralização final.

Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou internamente e em razão da inexistência de processos judiciais em curso ou julgados anteriormente com relação aos temas julgados, concluiu que a decisão do STF não resulta em qualquer impacto em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração
Almir Jorge Bombonatto
Adriano Dutra Emerick
Ademar Fronchetti
Luiz Alberto Boni
Danilo Balloni Carpino
Vital Jorge Lopes
Diretoria Executiva
Gilberto Birkhan - Diretor Presidente
Dirceu Correa Sobrinho - Diretor Relações Institucionais e Relações com Investidores
Alex Sandro de Avila - Diretor Administrativo Financeiro
Contador
Ronaldo Jose Correa - CRC/PR 029336/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Porto Ponta Do Félix S.A.
Antonina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Ponta Do Félix S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Porto Ponta Do Félix S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto identificado foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Mútuos com partes relacionadas

De acordo com a nota explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado a título de mútuos e adiantamentos com partes relacionadas, os montantes de R$ 70.664 mil e R$ 20.331 mil, respectivamente. Tais transações, ocorreram nos últimos anos como forma de empréstimos para suprir investimentos do grupo empresarial e para apoiar em operações comerciais, sendo que as condições comerciais são acordadas entre as partes e os prazos de pagamento já foram aditivados conforme descrito na referida nota explicativa.

Devido aos aspectos inerentes ao processo de determinação de recuperabilidade destes créditos, os quais incluem capacidade de recebimento financeiro, reestruturações societárias, processo de venda de ativos e a própria capacidade de gerar dividendos da Companhia para compensar com os mútuos a receber, entre outros aspectos, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Leitura e avaliação dos contratos firmados entre as partes, incluindo os aditivos; (ii) Recálculo da atualização monetária incidente sobre os saldos; (iii) Discussão com a administração sobre os planos de recebimento destes recursos, que envolvem reestruturação societária, venda de ativos e capacidade de distribuição de dividendos para compensar com os créditos de mútuos existentes, bem como a avaliação da capacidade de realização das obrigações por parte destas partes relacionadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis e as divulgações incluídas na nota explicativa nº 12.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 –Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela e elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e interacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidentes de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequente mente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 31 de março 2023.

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 PR "RS"

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

D4Sign 2910dab8-496d-42ff-87c7-cad6399062d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

PONTADOFELIX RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO pdf

Código do documento 2910dab8-496d-42ff-87c7-cad6399062d1

Assinaturas

FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Certificado Digital
comercial@folhadolitoral.com.br
Assinou

Eventos do documento

17 Apr 2023, 17:45:31
Documento 2910dab8-496d-42ff-87c7-cad6399062d1 **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-17T17:45:31-03:00

17 Apr 2023, 17:45:51
Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-17T17:45:51-03:00

17 Apr 2023, 17:46:14
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126 **Assinou** Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 187.95.110.69 (69.110.95.187.rfc6598.dynamic.copelfibra.com.br porta: 7958). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE_ATOM: 2023-04-17T17:46:14-03:00

Hash do documento original
(SHA256):ffa465fc112d9651a32408a15a4dbf8ab20ece30a34e1a746263b0449fa5b750
(SHA512):35ac47a9dbcc78f6239a87b248b8929d5dd0b4a6b14a07216ef8ec847c4b9d286a5dd3263449216626846cc9b1c1f3bd5306c7a985a018dc08064853f6b29f52

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign